



Exmo. Senhor
Eng.º Nuno Araújo
Chefe do Gabinete de Sua Excelência
o Secretário de Estado dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento (A.R.)
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício nº. 2879	01/09/2017	Nº: ENT.: 13732/2017 PROC. Nº: 10/2017	04/09/2017

Assunto: Pergunta n.º 4967/XIII/2.ª, de 01 de setembro de 2017, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP - Listas de espera para cirurgias

Encarrega-me o Sr. Ministro da Saúde, consultada a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS), de informar o seguinte:

No ano de 2016, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), foram efetuadas +1,5% cirurgias programadas do que em 2015, +3% do que em 2014, +4,1% do que em 2013 e +10,2% do que em 2011, o que representa um aumento sustentado da resposta cirúrgica programada no Serviço Nacional Saúde (SNS).

Por outro lado, o acesso dos utentes à resposta cirúrgica no SNS, medido pelo número de entradas em Lista de Inscritos para Cirurgia, tem também vindo a aumentar ao longo dos anos, tendo em 2016 crescido +1,2% face 2015, +3,3% face a 2014, +4,2 face a 2013 e +9,8% face a 2011. O crescimento das novas inscrições em lista cirúrgica representa uma evidência objetiva da maior disponibilidade dos serviços públicos para acolher os utentes com necessidades cirúrgicas.

As evidências demonstram, assim, de forma clara e inequívoca que, numa perspetiva global, o SNS aumentou a sua disponibilidade para acesso a cirurgias em 2016, recebeu mais doentes e operou mais doentes, tendo atingido em 2016 uma mediana do tempo de espera ligeiramente superior a 3 meses (3,3), para um tempo máximo de resposta garantido (TMRG) de 9 meses, para a prioridade normal.



De entre o conjunto de medidas que se encontram em curso e que visam aumentar o grau de cumprimento dos TMRG na área cirúrgica no SNS (algumas já implementadas e outras em fase de implementação), destacam-se as seguintes:

- Reforço no número de recursos humanos no SNS, tendo-se registado desde 2011 um crescimento de 3% (em 2011 existiam 126.297 trabalhadores em entidades SPA, EPE e PPP; em 2016, esse número ascendia a 129.915. Efetivação do programa de investimentos em instalações e equipamentos que se encontra em execução em diversos hospitais do SNS;
- Melhoria da organização interna dos hospitais (com destaque para a promoção dos Centros de Responsabilidade Integrados que resulta da alteração da regime jurídico da gestão hospitalar concretizada pelo Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, em fase de regulamentação, com a preparação da Portaria que definirá o regulamento interno dos CRI, nos termos determinados pelo n.º 3 do artigo 10.º do citado diploma);
- Maior rentabilização da capacidade instalada e reforço da partilha de recursos entre instituições do SNS (pelo desenvolvimento do Sistema de Gestão de Estabelecimentos de Saúde e da Gestão Partilhada de Recursos no SNS, em curso);
- Reforço do grau de cumprimento dos agendamentos por critérios de antiguidade e prioridade clínica, através de envio mensal aos hospitais das listagens de agendamentos para os 15 dias subsequentes e monitorização do cumprimento desse agendamento;
- Reativação de alertas para as não conformidades no âmbito da gestão das listas de inscritos para cirurgia, de forma a identificar todas as áreas de melhoria nesta matéria;
- Reforço do controlo pela realização de auditorias dirigidas às práticas de gestão das listas de inscritos nas várias instituições do SNS e pelo envio de informação com caráter mensal, trimestral e sempre que se afigura necessário no domínio da produção, produtividade, eficiência, efetividade e qualidade;
- Reformulação dos tempos máximos de resposta garantida (TMRG) a partir de Janeiro de 2018, nomeadamente, no que se refere à cirurgia, com estreitamento do tempo de prioridade normal de 9 para 6 meses, o que permitirá o recurso a referências a partir dos 4 meses

2



- Construção do Sistema Integrado de Gestão do Acesso (SIGA), bem como da Via de Acesso Integrado (VAI) que permitirão o acompanhamento do percurso do doente, bem como o controlo dos tempos de resposta do SNS.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

(Paula Maia Fernandes)